



Revista Internacional de Folkcomunicação

ISSN: 1807-4960

revistafolkcom@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Brasil

Bomfim, Ivan

Movimentos migratórios, diásporas e identidades
culturais: entrevista com o pesquisador Mohammed ElHajji

Revista Internacional de Folkcomunicação, vol. 16, núm. 36, 2018, -Junio, pp. 270-279

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ponta Grossa, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5212/RIF.v.16.i36.0016>

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=631766334017>

- [Cómo citar el artículo](#)
- [Número completo](#)
- [Más información del artículo](#)
- [Página de la revista en redalyc.org](#)

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Movimentos migratórios, diásporas e identidades culturais: entrevista com o pesquisador Mohammed ElHajji



*Ivan Bomfim*¹

Professor Associado da ECO-UFRJ e do PPGCOM da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mohammed ElHajji é um pesquisador singular. Nascido no Marrocos – onde se graduou no Institut Supérieur de Journalisme, em 1986 –, veio para o Brasil realizar estudos de Mestrado e, posteriormente, Doutorado, defendendo os trabalhos no âmbito da UFRJ ao longo da década de 1990. Enfocando temáticas que relacionam diferentes perspectivas da identidade cultural às estruturas sociais, culturais e políticas, ElHajji tem, no complexo

¹ Professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ivanbp17@gmail.com

universo dos movimentos migratórios contemporâneos, sua área de maior atenção atual. Nesta entrevista, trazemos algumas das questões que conformam tanto o trabalho realizado pelo investigador marroquino-brasileiro – ou, como ele mesmo se define, berbere – como sua própria constituição de sujeito-pesquisador.

Revista Internacional de Folkcomunicação: Professor Mohammed, como se deu o início de sua trajetória como pesquisador?

Mohammed ElHajji: Sempre tive um enorme interesse pelas questões sociais e culturais. Sobretudo a questão identitária. A principal razão é existencial: sou berbere. E, na época que morava no Marrocos, tinha (e continua tendo em certa medida) uma política de negação da identidade, memória e história dos berberes. Não existiam, por exemplo, jornais, revistas, emissoras de rádio ou TV em ‘tamazight’, a língua original da população berbere – que é a população autóctone e majoritária no país. Do mesmo modo que o berbere não era ensinado nas escolas nem era permitido usá-lo nos espaços institucionais... Além da revolta natural contra essa situação, me sentia impelido a compreender o porquê desse fato e, portanto, a importância das questões culturais e identitárias na vida das pessoas e grupos sociais. O ingresso na universidade me ofereceu a possibilidade de entender a complexidade do dilema que me atormentava. E, também, descobrir a utilidade dos instrumentos teóricos para a compreensão do mundo. O que me levou, quando comecei a atuar enquanto jornalista, a me interessar especialmente pelos problemas sociais e culturais, inclusive a questão da imigração marroquina para Europa – a qual estudei e acompanhei durante certo tempo. Ora, a grande vantagem do ofício jornalístico é a possibilidade, se não injunção, de ler e de se informar o tempo todo. Assim, depois de mais de 10 anos de atuação na imprensa – mais de 10 anos fora da academia, quando voltei à universidade, me senti logo em meu ambiente natural. Não houve ruptura. Houve, pelo contrário, continuidade, aprofundamento e depuração da perspectiva investigativa. Com esse detalhe importante que a universidade nos permite fugir do jugo do imediatismo e de nos inscrever numa perspectiva mais histórica. Ou seja, a minha formação inicial e, em seguida, a minha atuação profissional foram determinantes no desenho de minha carreira de universitário e pesquisador. O que me leva muitas vezes a defender a prática jornalística séria enquanto método científico de grande valia para a ciências humanas e sociais. Saber colher a informação pertinente, organizá-la e expressá-la numa linguagem

clara não é o alicerce da pesquisa acadêmica? A arte de saber ouvir o outro na entrevista de qualidade, a acuidade e perspicácia da observação e descrição fundamental para toda boa reportagem não são instrumentos valiosos para a prática investigativa?

RIF: Como se deu a vinda do senhor para o Brasil?

ME: Sabe, uma das características das narrativas migrantes é que elas mudam com o tempo. A história da migração (tanto a individual como a coletiva) é continuamente revisada – se não reinventada. Formalmente, a minha vinda para o Brasil entraria na categoria da mobilidade estudantil convertida em migração definitiva – situação bastante corriqueira no universo das migrações. Mas, no meio do percurso migratório, sempre há também motivos subjetivos e afetivos. O econômico e o social nunca são razões suficientes para consolidar o processo migratório definitivo. A decisão de ficar e “criar raízes” como se diz, a decisão (consciente ou não) de se deixar tomar pelo sentimento de uma nova *philia*, pertença, identificação e compartilhamento de um novo destino comum (que se traduz por sensibilidades ideológicas e adesões políticas) não é um processo automático, simples ou unilinear. Vários fatores entram em jogo, mas, geralmente, é uma história de encontros: encontros com pessoas, lugares, leituras, etc. A língua, por exemplo, pode ser um fator bastante determinante... E, no meu caso pessoal, acho que tive um encontro bem feliz com a língua portuguesa, uma relação sensual de amor quase carnal... A minha língua nativa é o berbere (ou seja a língua da mãe), o árabe era a língua-símbolo da religião (a língua paterna de alguma maneira), o francês a língua do colonizador (uma relação em si ambígua, que oscila entre fascínio e revolta). Enquanto o português é a língua que escolhi, elegi; do mesmo modo que se escolhe e se elege a pessoa desejada e amada. No plano consciente, todavia, acredito que só me convenci de minha condição migratória definitiva quando a minha filha nasceu; aí entendi que não tinha mais volta.... Ou seja, foi o mais importante de todos os encontros.

RIF: O que significou essa transição de país para a sua formação como pesquisador? Como o senhor vê a influência da sua história de vida na conformação tanto de temáticas de pesquisa quanto nos vieses de análise?

ME: Então, como disse antes, minha condição de berbere sempre me propiciou certa sensibilidade identitária étnica. Mas não no sentido de algum radicalismo ou fechamento comunitário. Pelo contrário: quando vim para o Brasil, as minhas preocupações identitárias

perderam seu sentido circunstancial e tomaram uma forma ao mesmo tempo universal e local. De um lado, tomei consciência da universalidade das lutas pelo reconhecimento cultural por parte de populações (minoritárias ou majoritárias) despojadas de sua identidade original. Por outro lado, percebi que essas causas são filosoficamente intercambiáveis; na medida que a consciência humanista nos permite nos projetar no Outro para entender – se não sentir seu sofrimento histórico. Assim, não precisava mais me colocar na condição do berbere para manter minhas convicções “etnopolíticas”. Bastava olhar para o lugar do negro e do índio na história do Brasil para me convencer da validade dessas convicções e as manter vivas. Se o fato de ser berbere não é mais determinante na minha vida no Brasil, não posso, em compensação, não entender a condição das minorias daqui e me solidarizar com elas. Enfim, o fato de ser migrante me levou quase que naturalmente a me interessar pela situação dos migrantes, refugiados e estudantes estrangeiros no Brasil. Mas essa sensibilidade não se manifestou, desde o início, de maneira tão clara. A minha primeira temática de estudos focava a questão diaspórica no Brasil, a memória, identidade e cultura dos grupos oriundos das grandes migrações da virada do século XIX para o século XX – esse mosaico étnico-cultural que mudou a composição etno-demográfica do país. Pois, independentemente das razões políticas (racistas e eugenistas) que motivaram essas migrações, não há como ignorar a riqueza e complexidade das questões identitárias decorrentes dessa situação. Até que a retomada do fluxo migratório rumo ao Brasil no final da primeira década do século XXI veio atualizar e dramatizar os termos da problemática. O desafio não consistia mais em entender de que modo as identidades dos descendentes de migrantes se reformulavam e se expressavam no contexto contemporâneo nacional, mas sim de que modo os grupos recém-chegados se organizavam para sobreviver, se estabelecer e lutar por sua inserção e ascensão social. A importância do fenômeno residia, por outro lado, na natureza étnico-colonial dos novos migrantes. Não eram mais brancos europeus e cristãos, mas sim africanos negros, latinos de matriz indígena e, mais recentemente, árabes e muçulmanos.

RIF: O senhor se dedica ao tema da imigração, tanto historicamente quanto na contemporaneidade – tendo, inclusive, recebido uma menção de reconhecimento pelo Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. De maneira geral, como o senhor entende a questão imigratória nas atuais agendas social e política brasileira?

ME: Diria que a agenda política não é a mais importante. Mas não me entenda mal: não quero negar ou minimizar a importância do político e jurídico na vida do migrante recém-chegado, o refugiado, o apátrida ou o estudante estrangeiro. Mas o político e o jurídico são apenas o reflexo dos discursos sociais hegemônicos na esfera pública. Quando os discursos democráticos, igualitários, a favor da justiça e social e liberdades individuais ainda eram hegemônicos no Brasil, a sociedade civil conseguiu produzir e veicular um projeto político e jurídico a favor dos migrantes e refugiados dos mais progressistas do mundo. Mas, por uma questão de timing histórico, quando o projeto chegou ao Parlamento, o quadro tinha mudado, discursos reacionários, antidemocráticos e contrários aos ideais humanistas que já tinham dominado a esfera pública nacional. O que resultou numa regressão relativa do texto jurídico que rege o atual estatuto do estrangeiro no Brasil. Portanto, o que mais importa, na verdade, é a agenda social, capaz de refletir com bastante fidelidade o estado de avanço social do país. Nesse sentido, diria que a chegada de novos migrantes no Brasil contemporâneo – e, em especial, a migração latina, africana, caribenha e médio-oriental – tem, justamente, esse mérito de desvelar camadas constitutivas do imaginário social nacional. Não é por acaso que o discurso expresso por autores políticos como pela mídia nacional aponta para ideologias racistas, coloniais e eurocêntricas. Muitas vezes, me perguntam se acho o Brasil um país xenófobo. Sempre respondo que não. Não existe xenofobia no Brasil. Diria até que a sociedade brasileira em geral é xenófila, excessivamente benevolente com o estrangeiro. Não qualquer um: o rico, o branco europeu, o norte-americano. Ou seja, o problema da sociedade brasileira não é a xenofobia, mas sim o racismo histórico constitutivo do imaginário social nacional. O resultado é um reflexo de subserviência aos grupos que lembram as categorias senhoriais do Brasil colonial (brancos e europeus) e a tendência a abominar o Outro, historicamente subalternizado e discriminado no Brasil: o negro (seja ele africano ou caribenho) e o latino de fenótipo indígena – exatamente as categorias étnicas historicamente oprimidas no Brasil. Atualmente, árabes e muçulmanos também integraram o grupo dos indesejados – em consequência da hegemonia dos discursos islamofóbicos veiculados pela mídia global, contra os quais o Brasil, em sua condição colonial e periférica, não dispõe de antídoto discursivo político ou filosófico.

Mas, ao mesmo tempo, não se pode negar a vivacidade, nessa mesma arena social, de discursos progressistas, pró-democráticos e a favor da justiça social. Enquanto pesquisador da temática, só posso testemunhar do extraordinário movimento a favor dos migrantes e refugiados no Brasil. Para muitos, a figura do migrante é emblemática nessa luta por um Brasil mais humano e mais igualitário, não apenas por representar uma das categorias mais vulneráveis, mas por representar simbólica e até abstratamente, a condição de alteridade e subalternidade. Nesse sentido, diria que, além de ser um vetor de desenvolvimento econômico e enriquecimento material, a presença do migrante e refugiado (principalmente quando se trata de negros, muçulmanos e latinos) tem essa função didática e empírica de grande valia para o desenvolvimento humano e abertura do brasileiro sobre o mundo. Diria que, de alguma maneira, não é o refugiado que precisa do Brasil, mas o Brasil que precisa de seus migrantes e refugiados.

RIF: Como podemos definir as identidades transnacionais? Este é um fenômeno relacionado às últimas décadas, marcadas pelos processos de globalização, ou podemos percebê-lo anteriormente?

ME: Bom, como se acostuma dizer, no fundo a globalização não trouxe nada de novo. Seu papel seria, antes, de acelerar as dinâmicas sociais, culturais e políticas – além de sua função econômica e financeira original. Ou seja, os seres humanos sempre viajaram, dialogaram, trocaram, comerciaram, casaram, etc. A novidade é que o façam, hoje, de modo mais acelerado e massivo. Portanto, o fenômeno das identidades transnacionais é, hoje, uma realidade real e estatística substantiva que tende a crescer e a se consolidar. A novidade, quando se trata do fenômeno migratório é certa passagem de um comunitarismo diaspórico local (principalmente em torno de mídias comunitárias locais) para um comunitarismo diaspórico transnacional (em torno de mídias transnacionais e das TICs). Antes, os migrantes e seus descendentes se reconheciam concretamente na comunidade local e, de forma muitas vezes romântica e abstrata, em referência à terra de origem. Enquanto, hoje com as TICs, a tendência é tecer laços subjetivos e/ou políticos entre as comunidades diaspóricas “irmã” espalhadas pelo mundo, e manter e reforçar o referencial de origem de modo efetivo e concreto; principalmente através do consumo cultural e midiático – se não, pelas viagens reais e encontros periódicos com os conterrâneos migrados ou não. Em termos conceituais, a ideia

remete aos modos de organização e ação das comunidades diaspóricas incluídas em mais de um quadro social nacional estático, com referências culturais, territoriais e/ou linguísticas originais comuns, através de redes sociais transnacionais (reais ou virtuais) que veiculam discursos de solidariedade e/ou de identificação, além das fronteiras formais de seus respectivos países de acolhimento. É, portanto, um fenômeno ‘pós-nacional’ inerente à realidade social e política que caracteriza o mundo contemporâneo, marcada pelos movimentos migratórios em massa e a desigualdade, agora estrutural, entre nacional-estatal e cultural-identitário; onde diversidade cultural e a identidade, pertencimentos múltiplos e outras formações diaspóricas são majoritariamente a regra e não a exceção.

RIF: O senhor atualmente realiza o projeto de pesquisa “Webdiásporas.com.br: migrações, TICs e identidades transnacionais no Brasil”. Como as diásporas se relacionam com os avanços tecnológicos? Podemos pensar em transformações da dinâmica diaspórica em perspectiva sociohistórica?

ME: As TICs compõem hoje a peça chave da empreitada migratória. É através delas que o candidato à migração (em suas vertentes laboral, de estudo ou refúgio) coleta e organiza as informações necessárias para o projeto e execução da “travessia”. Como são as mesmas TICs que vão lhe servir de meio e referência para estabelecer-se no país de destino, procurar seus conterrâneos, integrar-se às redes sociais locais e transnacionais de imigrantes, e manter o contato com o país e cultura de origem. Ou seja, não há mais como dissociar o fenômeno migratório das TICs. Elas são, ainda, a principal instância de enunciação das identidades diaspóricas; seu molde discursivo e narrativo. Há até um paralelo a ser feito entre a forma deflagrada das TICs, em seus níveis tecnológicos e discursivos, e a natureza desterritorializada das identidades contemporâneas em geral e diaspóricas em particular. Os principais estudos das diásporas oriundas das atuais migrações transnacionais indicam que as TICs constituem, de um lado, um estímulo para as migrações e um precioso auxílio para a efetivação da empreitada. Mas também são, por outro lado, um laço simbólico indefectível com a pátria e cultura de origem. Ou seja, as mesmas TICs que levam o sujeito migrante para o país de acolhimento são, ao mesmo tempo, um dispositivo discursivo que impede a este mesmo migrante de se desfazer por completo da estrutura simbólica (cultural, linguística, religiosa, étnica, etc.) que o liga às suas raízes e terra de origem. Conceitualmente, as TICs não podem

ser dissociadas do princípio de mobilidade humana na contemporaneidade em geral. Não são apenas tecnologias móveis, são a expressão, por excelência, da mobilidade enquanto valor social de ordem ética e estética. As mesmas constituem a interface tecno-simbólica que conecta as duas faces do fenômeno de mobilidade: os fluxos humanos e os fluxos midiáticos. Que o sujeito se deixe transportar espacialmente ou simbolicamente, num caso como no outro, os efeitos subjetivos e existenciais são comparáveis em termos de desterritorialização e produção de identidades diaspóricas. No caso específico das migrações transnacionais, não há dúvida que o uso das TICs não apenas tornou os deslocamentos entre países e regiões mais práticos e factíveis, mas se pode até afirmar que elas encarnaram o fenômeno migratório atual. Desde a escolha do país de destino até a busca por contatos locais no ponto de chegada, passando pela definição das rotas a seguir e os meios a tomar, toda a estratégia migratória (que se trate de migrações laborais, de estudo ou refúgio) é construída em função delas. Sem esquecer que as TICs se configuraram em redes virtuais transnacionais abrangentes que se sobrepujaram às redes sociais humanas e as envolveram; de modo que não é mais fácil saber onde acaba a dimensão simbólica (os fluxos midiáticos) e onde começa a dimensão material (os fluxos humanos) do fenômeno migratório contemporâneo.

RIF: Tendo em vista as questões comentadas, como podemos pensar os estudos descoloniais/decoloniais na contemporaneidade? Como encarar, tanto acadêmica quanto socioculturalmente, a força do espectro ideológico ocidental?

ME: De fato, a perspectiva decolonial é de grande valia para a compreensão de nossa realidade periférica específica à América Latina, tanto a seus níveis políticos e geopolíticos como sociais e culturais. Talvez hoje mais de que nunca, na medida que o choque da Globalização e a ilusão pós-moderna acabaram escamoteando os mecanismos ideológicos de opressão e exclusão de grande parte da população. Além de suplantarem os binarismos inerentes à teoria pós-colonial, o 'decolonial' oferece uma grade de leitura que permite desvelar as estratégias internas de dominação e subalternização. Ao contrário do 'velho mundo', onde o antagonismo colonial pode ser localizado em tempos e espaços bastante lineares (Europa, África ou Ásia, colonizações, independências, línguas, culturas, religiões e identidades facilmente identificáveis), na AL, o colonialismo toma formas mais sutis e também mais perversas. Aqui, as colonialidades de poder e saber são internas e constitutivas da própria

formação histórica social local; o que torna o ‘opressor’ dificilmente identificável e facilita a circulação de seus discursos e códigos simbólicos – já que não se trata propriamente de grupos específicos, mas de padrões éticos e estéticos e suas modulações discursivas. No Brasil, como na maior parte da AL, o eurocentrismo age enquanto ‘símbolo de poder’, difuso e mutável, capaz de conjugar práticas sociais e discursivas de natureza fundamentalmente opressiva e excludente, e transformá-las em paradigmas naturalizados, aceitos e até desejados por todos; o que acaba embaralhando as fronteiras entre o político, social, econômico, cultural é étnico, e dificultando as possibilidades de revolta ou resistência. Assim, sob a capa da miscigenação, sincretismo e outras hibridizações que apontam para certa fluidez social e identitária, se estabeleceu uma hierarquia social e racial extremamente rígida, não muito distante do modelo escravocrata e genocida fundador da nação. A única diferença é que, hoje, a hegemonia desse padrão se completou e o tornou um ideal nacional bastante consensual que abarca todos os aspectos da vida em sociedade, desde o político e organizacional até o subjetivo, ético e estético. Nesse sentido, o fato migratório no Brasil é bastante eloquente a este propósito. Que seja no plano do imaginário popular ou no quadro das esferas políticas, não há como ignorar a existência de uma hierarquia racial nos moldes como se apreende a questão. O mais intrigante ainda é que esse esquema mental não mudou muito desde a época das grandes migrações do final do século XIX e início do XX para os dias de hoje. Na pesquisa de tese de Gustavo Barreto que analisa 200 anos de representação da imigração para o Brasil na imprensa nacional, por exemplo, se constata que os modelos discursivos usados naquela época não são muito diferentes dos atuais. Parece que as categorias nacionais, notadamente, ainda não foram totalmente internalizadas pela sociedade brasileira, que continua se guiando por referenciais étnico-raciais. Assim, que o sujeito seja migrante africano ou caribenho não tem muita relevância aos olhos do brasileiro; do mesmo modo que a mídia nacional continua usando modalidades discursivas diferentes segundo a origem do migrante; e os responsáveis políticos não escondem sua vontade de priorizar as migrações europeias (brancas) e barrar as outras (não brancas).

RIF: Para encerrar, uma questão que eu já vi o senhor responder, mas que vale a pena trazer a esta entrevista: o Brasil faz parte do Ocidente?

ME: É uma questão bastante complexa. Além do fato que as autodenominações e identificações sejam livres, não se pode esquecer da contínua ressignificação da língua. Afinal, o que o brasileiro quer dizer exatamente quando usa enunciados do tipo "Aqui no Ocidente" ou "nós ocidentais"? Aliás, qual é o sentido exato desta 'ocidentalidade'? Sabemos, por exemplo, que a própria área hoje designada como 'ocidente' nem sempre se identificou como tal, é que este construto discursivo nunca teve uma equivalência histórica ou geográfica exata. Nem a referência estritamente geográfica ao hemisfério ocidental, nem a velha e obsoleta dicotomia Ocidente - Oriente fazem sentido. Nos dois casos, basta se perguntar sobre o lugar da África neste cenário para se dar conta da indigência de tais categorizações... Mas, o que mais chama a atenção é que, fora do país, é raro que se refira ao Brasil, ou aliás América Latina em geral, como parte desse Ocidente. Os brasileiros que viveram uma experiência migratória na Europa ou Estados Unidos sabem disso. A referência mais comum é "América Latina" ou do "Sul" –denominação que, no imaginário do Norte Global, continua associada a uma terra exótica, cultura "original" e população "típica". Talvez um espaço ainda em processo de domesticação que assusta e fascina ao mesmo tempo. Então, que leitura se pode fazer desse desejo de pertencer a um ente civilizacional que não o aceita por completo ou o reconhece como semelhante e igual? Aí que, mais uma vez, se vê a pertinência da grade de leitura decolonial. Sendo a "ocidentalidade", no Brasil, uma "épistème de poder", há de se perguntar se não se trata de uma estratégia discursiva de imposição do pattern eurocêntrico como modelo normativo na organização social e política do país. Uma maneira sutil de impor a subalternização de segmentos completos da população local – principalmente aqueles de ascendência africana e indígena.